

A FORMAÇÃO DOCENTE E O COTIDIANO ESCOLAR: DIÁLOGOS POSSÍVEIS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Autora: Danielle Christina do Nascimento Oliveira¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

E-mail: danielle.danichris@hotmail.com

Resumo: A partir de um olhar sobre o cotidiano escolar, o trabalho propõe uma reflexão em diálogo com os contos da professora e poeta brasileira, Geni Guimarães (2001), para mostrar algumas situações que se repetem cotidianamente: tensões, conflitos, negociações e, urgências, trazendo uma discussão que contribui para a produção de conhecimento em torno das práticas e dos processos identitários da afrodiáspora e da formação docente. Essa discussão permite-nos observar a relevância das experiências de uma estudante negra, ora revisitando memórias de infância, ora contando-lhes dos dias atuais, uma vez que oportuniza-nos refletir e aprender acerca das narrativas de vida como formativas, e nos faz questionar que professoras nós somos/queremos ser e tivemos, a partir dos impactos causados pela ausência ou presença das Leis nº 10.639/08 e nº 11.645/08, que alteram a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), para incluir obrigatoriamente no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino públicos e privados da educação básica, as temáticas de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, e da outras providências. Tais narrativas nos mostram os impactos causados nas escolas em consequência da nossa sociedade historicamente racista e a urgência de uma educação antirracista.

Palavras-chave: Educação antirracista, Processos identitário, Formação docente.

Introdução

O presente trabalho visa refletir sobre a importância da implementação das Leis nº 10.639/08 e nº 11.645/08, a partir de um olhar sobre determinada experiência do cotidiano escolar. Preocupo-me com a formação docente e o não-cumprimento das Leis, tendo em vista que à escola costuma ser um dos principais locais de conflitos e tensões, não só dos estudantes, mas das/os professoras/es também. Será que mesmo passando por um curso de Formação de Professores estamos/somos preparados para tamanha diversidade étnico-cultural? À escola é aonde geralmente as primeiras diferenças são percebidas, sejam elas pela ausência ou pela presença de atributos que demarcam “quem são nossos pares”.

A partir de experiências minhas em diálogo com os contos “Leite do peito” da autora Geni Guimarães (2001), proponho hipóteses para se pensar como se dão algumas tensões,

¹ Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – ProPEd/UERJ. Bolsista de Mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Pedagoga e membro do Grupo de Pesquisas “Culturas e Identidades no Cotidiano” (site: <http://culturaseidsnocoti.wixsite.com/culturaseidentidades>).

conflitos, negociações, e principalmente urgências no âmbito escolar, para pensarmos o quanto as relações baseadas no racismo são relações violentas, e quase nunca sutis, muitas vezes podem não matar ou mutilar fisicamente, mas violentam as pessoas – sejam essas estudantes ou professoras. É algo cotidiano e que precisa ser discutido principalmente nas escolas, nos cursos de formação de professoras/es, e nas licenciaturas. A formação docente e o currículo para tal precisam ser repensados.

Nesse sentido, ajudam nessa reflexão pensadoras eleitas como base teórica-metodológica: a autora Nilma Lino Gomes (2003-2012), com as contribuições para se pensar educação, identidade negra, formação de professores e descolonização dos currículos; e, Mailsa Passos (2014) com as contribuições da “metodologia do encontro”, no qual acreditamos que fazer pesquisa na área da educação é “encontrar-se com o outro” e deixar que esse outro nos encontre, e de forma atenta ouvir suas narrativas e valorizar todas as possibilidades de troca que cada encontro nos proporciona.

O desafio de “tornar-se” professora

Quando há alguns meses me deparei com um desafio em sala de aula como estagiária, me dei conta da importância da obrigatoriedade das Leis nº 10.639/08 e nº 11.645/08 para a formação docente, e sobretudo para a formação da educação básica, e, lembrei-me também de um trecho do conto “Leite do peito” da autora, Geni Guimarães (2001), onde em uma conversa informal entre mãe e filha, a filha demonstra a insatisfação que o racismo causa em tantas crianças:

Mãe, se chover água de Deus, será que sai a minha tinta?

– Credo-em-cruz! Tinta de gente não sai. Se saísse mesmo, sabe o que ia acontecer? – ela me grudou, fazendo cócegas na minha barriga. E foi dizendo: – você ficava branca e eu preta, você ficava branca e eu preta, você ficava branca e eu preta...

Repetidamente paramos o riso e a brincadeira. Pairou entre nós um silêncio esquisito. Achei que ela estava triste, então falei: – Mentira, boba. Vou ficar com essa tinta mesmo. Acha que eu ia deixar você sozinha? Eu não. Nunca, nunquinha mesmo, tá? (p. 16).

Eu tinha pouco mais de dois dias como estagiária da educação básica – estágio obrigatório do curso de Pedagogia – em uma escola da rede privada de ensino, no subúrbio da Cidade

do Rio de Janeiro, quando me deparei com meu primeiro “desafio” em sala de aula: substituir uma professora, pois a mesma chegaria atrasada. Até aquele momento, a única coisa que eu tinha feito era observar as turmas, mas sempre sentada no fundo da sala. Já havia notado que apesar de hoje os tempos serem outros, diferente do que eu vivi enquanto estudante dos anos iniciais, ainda temos poucos negros nas turmas das escolas privadas. Algo marcante também foi ver o cabelo trançado de algumas meninas negras, da mesma forma que o meu era mantido: preso para não “agredir” visualmente os que me olhavam. Quantas semelhanças eu vi ali... Era uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental 1 (crianças entre 7 e 8 anos). Estudantes de classe social média, com bons materiais escolares, boas roupas, e, de aparência física diversificada. Encontravam-se ali pouco mais de 20 crianças.

E, por que o preconceito que nos condena não sai ao invés da tinta da gente? Em toda sua obra, Guimarães (2001) nos mostra como a criança é “simples e pura”:

Deram o sinal de entrada. E os meus pequerruchos entraram barulhentos, agitados. Só uma menina clara, linda, terna empacou na porta e se pôs a chorar baixinho. Corri para ver se conseguia colocá-la na sala de aula. – Eu tenho medo de professora preta – disse-me ela, simples e puramente. (p.101).

Enquanto eu estava de costas, copiando dever no quadro, uma criança gritou: “Tia, a Joaquina falou que você é feia. Que prefere a tia Edilaine, que é branca”. Eu larguei o piloto, respirei fundo e virei, perguntei quem foi que tinha dito, e todos apontaram para uma mesma menina: Sara – sentada no meio da sala, “parda”, de óculos e cabelo ondulados. Em fração de segundos mil coisas passaram pela minha cabeça: livros, conversas, vídeos... E, veio àquela vontade de chorar, de sair correndo e nunca mais voltar – aquele mesmo sentimento que por vezes me fez não querer ir à escola quando criança. Nesse momento, um menino negro: Wagner, sentado no fundo da sala gritou: “Não é feia nada, ela é linda! Tia você é linda!”, e apesar do elogio, eu não me aguentei e “respondi” aquela menina como quem se defende de uma acusação: “Alguém perguntou alguma coisa pra você? Ninguém te perguntou nada!”, e naquele instante, ainda engatinhando na pedagogia e ainda sem estrutura para fazer uma intervenção educativa naquela brecha que se abriu, voltei a copiar o dever no quadro como se nada tivesse acontecido, prendendo o choro e desejando sair logo daquele local.



Imagem do Site: Geledés. 06 out. 2011²

Naquele momento, lembrei-me da criança negra que eu fui, que por vezes questionou a cor de pele e a textura do cabelo. Alguém que à medida que crescia, desejava mais e mais clarear com o passar dos anos. Os anos foram passando, e a cor permaneceu: preta! Minha tinta não saia! Durante o meu período de escolarização, algumas lacunas não foram preenchidas – muitas vezes minhas professoras não sabiam como lidar com questões relacionadas às crianças não-brancas. E é sobre essas questões que Gomes (2012) propõe que a formação docente se debruce:

É nesse contexto que se encontra a demanda curricular de introdução obrigatória do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nas escolas da educação básica. Ela exige mudança de práticas e descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação práticas. Exige questionamento dos lugares de poder. Indaga a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade. (p.100).

Quem verbalizou não foi somente aquela criança e sim toda sociedade na qual ela está inserida (de alguma forma). Na hora da “resposta”, também não era somente eu – Danielle, estudante de Pedagogia – estagiária/professora daquele local, e sim a mulher preta que a sociedade provoca e inferioriza sempre querendo nos colocar em lugares negativados.

² Fotografia capturada na página do Site: Geledés. 06 out. 2011 – Histórias de professoras negras: A presença da oralidade nas trajetórias de resistência. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/historias-de-professoras-negras-a-presenca-da-oralidade-nas-trajetorias-de-resistencia/>>. Acessado em: 22 mai. 2018.

A importância da humanização da profissão docente

Tornar-se professora não é deixar de ser humana, nos tornamos profissionais em áreas distintas com nossas formas de encarar a vida, o mundo e as pessoas. Assim acontece também com o tornar-se estudante, não deixamos de fora da escola nossos saberes, corporeidade e estética. Mas, como nos informa Gomes (2003), é necessário que haja uma “articulação entre os processos educacionais escolares e não-escolares, e a inserção de novas temáticas e discussões no campo da formação de professores/as” (p.167), para que assim a prática docente seja mais próxima da realidade social e resgate histórias (que não são únicas) dos dois grupos mais excluídos socialmente: negros e indígenas. E ainda sobre essa relação, Gomes (2012) nos sugere a “descolonização dos currículos” como ferramenta potente para (re)descobrirmos a formação da população brasileira.

A menina que falou e a que verbalizou para a sala inteira (que só verbalizou porque também estava implicada com a questão) que a professora preta era feia e que a outra professora era bonita porque era branca, tanto ela quanto os outros alunos estão na sociedade fazendo parte desse jogo de poderes que existem nas nossas relações,

É impossível falar sobre uma única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é “nkali”. É um substantivo que livremente se iraduz: “ser maior do que o outro”. Como nossos mundos econômicos e políticos, histórias também são definidas pelo princípio do “nkali”. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa (ADICHIE, 2009).

Afinal como tornar-se professora implicada com as questões raciais? O tornar-se professora já é uma questão bastante instigante, mas sempre vem acompanhada de outras questões importantes ou concernentes a quem se pergunta essa questão. Uma dessas implicações pode ser a questão da convivência com a diferença, afinal todas/os nós somos diferentes, se não, não existiríamos. E é por isso mesmo, por causa das nossas diferenças que nos implicamos com questões que para outras pessoas, às vezes, não são relevantes! Nesse

momento, encarar a prática de se tornar professora um desafio não somente conteudístico, mas como um desafio que traz para a prática os problemas sociais e as relações de poder em volta das questões de sala de aula é uma prova de que a educação precisa encarar e discutir essas relações. Afinal, que pessoas queremos que os nossos estudantes sejam? Que continuem a história de racismo no Brasil e se tornem racistas como nós nos tornamos?

Considerações Finais

Preocupar-se com a formação docente e com o processo identitário/formativo da afrodiáspora, é preocupar-se com o futuro da educação do nosso país. É estar atenta a reeducação de negros e brancos, que assim como eu possuem múltiplas identidades, que vai para além da escolarização. Busco continuar contribuindo para uma educação pela/para e na diferença, que possibilite uma melhor visibilidade e valorização das diversas formas de ser e estar no mundo, no intuito de contribuir para a produção de uma educação antirracista.

Apesar de saber que encontrar-se com “o outro” (PASSOS, 2014) talvez seja uma tarefa difícil, precisamos investir nessas trocas de experiências e conhecimentos, pois isso nos permite observar a relevância da presença de negras nos espaços formativos – como influência significativa e positiva –, uma vez que oportuniza-nos refletir e aprender acerca das narrativas de vida como formativas. A experiência narrada à cima durou menos de uma hora, ou seja, não foi preciso um dia inteiro na escola para perceber suas urgências. Precisamos tencionar nossas ações, (des)construir relações e identidades, potencializar nosso protagonismo em prol de uma educação inclusiva e formativa – pensarmos em uma formação de professores mais voltada para a realidade dos estudantes.

Concluo que as políticas de Ações Afirmativas, bem como a Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08 tem sido grandes aliadas, principalmente no que diz respeito a inclusão desses grupos étnicos: negros e indígenas, e das suas culturas nos espaços de escolarização. É com “o outro” que a criança construirá suas identidades e será capaz de representar o mundo, atribuindo significado a tudo que a cerca. O acolhimento da criança e a representatividade, são importantes para que assim, ela se sinta segura/protegida e também acolha o professor, isso implica no respeito à sua cultura, corporeidade, estética e presença no mundo, principalmente no âmbito da Educação Básica, a afetividade faz toda diferença. O afeto é o melhor caminho para o processo de ensino-aprendizagem – é uma via de mão dupla onde nunca voltamos o mesmo.

Por tanto, precisamos ter sensibilidade para saber lidar com todas as realidades daquele local, as especificidades de cada criança, isso inclui: cor de pele, tipo de cabelo, religião, modelos de famílias etc., nessa direção, a observação atenciosa de suas próprias práticas e atitudes poderá permitir aos educadores e professores rever suas posturas e readequá-las em dimensões não preconceituosas. As professoras, muitas vezes, não analisam o quanto a escola, que recebe essa criança com tantos preconceitos internalizados, contribui para a reprodução dos mesmos, na medida em que se omite ante a existência do racismo e não cria formas alternativas de trabalho na tentativa de desconstruí-lo (GOMES, 2003). Deste modo, busco contribuir de alguma forma com uma educação antirracista que possibilite a construção das identidades étnicorraciais de forma ampla e plural, resgatando as contribuições nas áreas social, econômica e política pertencentes à história do Brasil, para que haja uma mudança estrutural que permita uma educação antirracista que dialogue entre escola, currículo e realidade social.

Referências

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo da história única**. TED Ideas Worth Streading, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ>>. Acessado em: 20 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acessado em: 06 abr. 2018. (Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB).

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília: Diário Oficial, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acessado em: 06 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de Março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Diário Oficial, 10 mar. 2008. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acessado em: 06 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acessado: 30 abr. 2018.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. In: Educação e Pesquisa. São Paulo: v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. In: Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, p.98-109, 2012. ISSN: 1645-1384.

GUIMARÃES, Geni. **Leite do peito: contos**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2001.

PASSOS, Mailsa Carla Pinto. **Encontros cotidianos e a pesquisa em Educação: relações raciais, experiência dialógica e processos de identificação**. Educar em Revista, Curitiba: Editora UFPR, n. 51, jan./mar. 2014, p. 227-242.